



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM

IDENTIFICAÇÃO	
Nome Civil: <input type="text"/>	Matrícula: <input type="text"/>
Nome Social (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016): <input type="text"/>	
CPF: <input type="text"/>	Cargo: <input type="text"/>
E-mail: <input type="text"/>	Telefone (com DDD): <input type="text"/>
Situação Funcional: <input type="text"/>	Unidade de Lotação: <input type="text"/>
SOLICITAÇÃO	
<p>Venho requerer, para fins de aposentadoria e contagem recíproca de tempo de contribuição, a conversão do tempo especial em comum em virtude do exercício de atividades em condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, para períodos laborados até 13 de novembro de 2019, em observância ao disposto no Capítulo IV do Anexo II da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.360, de 6 de dezembro de 2022.</p>	
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA	
<p>Declaro estar ciente de que, nos termos do Tema nº 942, no Recurso Extraordinário – RE nº 1014286/SP, salvo decisão judicial expressa em contrário, é vedada a conversão de tempo para períodos com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, laborados a partir de 13 de novembro de 2019, data de publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019.</p>	
<p>Encaminhe-se ao Setor de Aposentadoria e Pensão da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.</p> <p>Mossoró, <input type="text"/> de <input type="text"/> de <input type="text"/></p> <p>_____</p> <p>Assinatura do Servidor/Requerente</p>	

PROCEDIMENTOS

1. Preencher e assinar o presente formulário;
2. Anexar documentação comprobatória:
 - a) Cópia do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
 - b) Cópia do Parecer da Perícia Médica em relação ao enquadramento por exposição a agentes nocivos;
 - c) Portaria de nomeação do servidor para investidura em cargo público efetivo;
 - d) Portaria de designação do servidor para operar com raio-X e substâncias radioativas, quando for o caso;
 - e) Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, com a certificação do tempo especial, para períodos de labor anteriores à edição da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1991, quando for o caso.
3. Instaurar processo administrativo